**[Definição do arranjo do acervo - Artigo](http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=48)**
Equipe técnica APERS
14/06/2006

**Definição do arranjo do acervo dos Tabelionatos - experiência interdisciplinar  de organização arquivística e estudo histórico**

Porto Alegre,  julho 2003.

**1. introdução**

Este trabalho foi o resultado de infinitas discussões teóricas e práticas da equipe técnica do Arquivo Público do Estado, formada por 10 arquivistas, 1 historiógrafa e 5 estagiários do curso de história, ao longo de cinco anos na organização do acervo dos Tabelionatos. Esta tarefa proporcionou vivências e experiências inéditas em nossa trajetória arquivística. Salienta-se que foi um desafio audacioso considerando sua complexidade e o tamanho do acervo contendo 39.404 livros notariais distribuídos em 1.128,47m.

Partindo do princípio que nossa finalidade enquanto Instituição - Arquivo Público do Rio Grande do Sul é prover o usuário de informações fidedignas facilitando seu acesso, articulou-se o "Pensar" em definir, a priori um quadro de arranjo, ou seja, uma organização, norteada pelas normas arquivísticas e também baseada na Legislação pertinente às Políticas Arquivísticas.

Deste modo o Projeto, foi dividido em três partes: Na primeira parte, realizou-se toda a estruturação intelectual para definição dos Fundos Documentais, buscando subsídios legais e técnicos, inclusive estudou-se a evolução das alterações territoriais dos municípios, nos quais situam-se os Tabelionatos, produtores dos documentos custodiados por esta instituição. Tal quadro de arranjo resultou em 95 Fundos Documentais assim denominados: Fundo Tabelionato do município de Porto Alegre.

Na segunda parte, foi contemplada a descrição documental de um instrumento de pesquisa auxiliar denominado Índice de Fundos.

A terceira parte constituiu-se da descrição documental de cada Fundo usando a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD G).

**2. Objetivos**

Este trabalho tem por objetivo o cumprimento ao Decreto nº 33.200, de 05.06.1989, que institui o Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul - SIARQ/RS que possui entre seus objetivos: "... assegurar a proteção da documentação arquivística do Poder Público Estadual, como elemento de apoio à administração e por seu valor histórico e cultural;... e facilitar acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da administração pública e da comunidade".

**3. METODOLOGIA**

Diagnóstico da situação encontrada

Foi realizado levantamento de documentos - registro de dados como localização física, nome do Tabelionato, tipologia documental e detectada a alteração de informações nas lombadas dos livros notariais.

Este ato empírico de registro de alterações posteriores a criação do documento, afeta um dos princípios basilares da Arquivologia que é o Princípio da Proveniência. Ele determina a manutenção dos documentos reunidos, respeitando o órgão produtor, nesse caso, o nome do município na época de elaboração do livro notarial. Foi realizada a leitura dos documentos e registro em formulário, dos dados dos livros notariais, dados da lombada e conteúdo dos mesmos, perfazendo um total de 24.000 livros notariais e 215 caixas arquivo, excluídos os livros notariais de Tabelionatos de Porto Alegre. Foram obedecidas as seguintes regras: Retirada as datas-limite do primeiro documento (inicial) e do último documento (final); registrado o tipo de livro notarial que consta no termo de abertura e quando não existia o termo, verificou-se o existente pelo conteúdo dos documentos; quando fossem informações divergentes no termo de abertura, verificou-se a informação correta pelo conteúdo dos documentos e foi registrado no formulário.

Estudo das alterações da divisão territorial do Estado - genealogia dos municípios

Foi realizado o estudo das alterações territoriais do Estado, visando compreender os problemas de organização existentes no acervo, nas lombadas dos livros notariais e obter um embasamento teórico para realizar a correção, ou seja, redefinição do arranjo com a redistribuição física dos documentos, baseada em um critério formal, a legislação dos municípios.

A metodologia interdisciplinar do trabalho

É importante salientar que, devido a urgência da organização deste acervo, a dinâmica da pesquisa histórica desenvolveu-se, fundamentalmente, no sentido de responder as questões oriundas do tratamento arquivístico aplicado à documentação. Assim sendo, o conhecimento histórico adquirido foi, em grande parte, gerado em função do caminho proposto pela Arquivologia. E se, à primeira vista, esta dinâmica parecia limitar o estudo histórico; a escassez de referências sobre o tema Tabelionatos, tornou o caminho proposto pela Arquivologia o meio mais eficiente para a construção deste conhecimento.

Assim sendo, embora a missão fosse "pesquisar a história dos Tabelionatos no RGS", a tarefa inicial e essencial foi estudar a formação política do Estado. Daí partiu-se para o aprofundamento da divisão político-administrativa da capital e, em seguida, para o detalhamento dos municípios do interior do Estado. Tangenciando esta trajetória, a compreensão da inserção e atuação da figura do Tabelião e da instituição Tabelionato na estruturação jurídica, política e administrativa do Estado do RS.

A elaboração do "Histórico" foi a primeira, e mais longa tarefa. Seu planejamento objetivava a solução dos equívocos das "emancipações de livros", uma prática que se deu neste acervo, acompanhando as emancipações de municípios do Estado. Precisava-se descobrir quais municípios originaram os municípios que existiam no acervo, e com quais porções de território (distritos) do município original, estes do acervo se constituíram. Ou seja, à partir dos municípios do acervo, encontrar os seus "municípios - mães" e com que áreas este "município - mãe" originou seus municípios descendentes.

A partir daí, deveria-se confrontar os recortes temporais dos municípios do acervo com a cronologia oficial da formação geo-política do Estado.

A relevância deste trabalho está no fato de ele servir de base para a estruturação do que a Arquivologia chama de "arranjo intelectual". Além disso, conhecimento produzido sobre a configuração territorial do Estado poderá ser utilizado como subsídio na organização dos demais acervos desta Casa.

Este estudo concluído, forneceu um panorama geral sobre a configuração territorial dos municípios do Estado em 250 anos de História (da metade do século XVIII ao final do século XX). Foi criado uma espécie de "quadro", sistematizando como ficaria a distribuição do acervo através do parâmetro municipal.

De posse destas fontes, primeiramente fez-se uma análise da atividade notarial ao longo do tempo. Pode-se constatar alterações, extinções e continuidades de algumas atividades do notário. O resultado deste estudo solucionou de imediato a questão dos "Registro Gerais" e "Registros Torrens"; tipologias documentais incomuns e portanto, consideradas problemáticas quanto a definição de onde se encaixavam.

Após este minucioso trabalho de reorganização deste acervo, temos propriedade para dizer que esta é uma documentação riquíssima para a comunidade pesquisadora. O conteúdo destes livros notariais constitui material para possíveis elaborações de histórias sobre a administração, a transição de capitais inter-étnicos, poder aquisitivo e condições de negociação de grupos sociais (que podem ser distintos entre gêneros, profissões, etnias, locais de moradia). Torna-se possível também o desenvolvimento de algum tipo de história quantitativa através de estatísticas sobre imóveis comprados, vendidos, ou comparação de valores em determinados períodos. As cartas de alforria e escrituras de compra e venda desvelam as negociações efetuadas entre os senhores de escravos, seus pares, e negros cativos e libertos; fornecendo matéria-prima fundamental na construção do conhecimento sobre grupos sociais da elite detentora de prestígio e poder, a etnia negra e demais questões sobre o amplo tema da escravidão. As procurações, contratos, hipotecas e quitações podem simbolizar as mais diversas relações econômicas entre a população da região. Os testamentos, enquanto documentos que listam o patrimônio dos indivíduos, evidenciam o panorama sócio econômico das diversas famílias em uma comunidade.

Definição do arranjo

Foi realizada a definição do arranjo para a distribuição física dos documentos na transferência do acervo do prédio 3 para o prédio 1.

Utilizou-se a terminologia do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, que conceitua arranjo como "*uma seqüência de operações que, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido, visa a organização dos documentos de um arquivo ou coleção, utilizando-se de diferentes métodos*."

No arranjo definem-se os fundos que retratam a reunião de "um conjunto de documentos de uma mesma proveniência". Para este acervo, os Tabelionatos de cada município foram considerados um fundo, independente do número de notários que existiam no município.

Utilizados ainda, os critérios definidos por Michel Duchein[1], e definição de fundos abertos e fechados, bem como as soluções abaixo propostas:

- Fundo Fechado - *"Quando um organismo é extinto, o fundo de arquivos por ele gerado fica automaticamente encerrado ou fechado*."

- Fundo Aberto - "Caso haja uma evidente e total continuidade de competência entre o organismo extinto (organismo A) e o novo organismo  (organismo B) que o sucede, podemos concluir que se trata, na realidade de simples alteração de nome e/ou de uma pequena modificação do organismo A e que o fundo de arquivos de A não está fechado mas muda simplesmente de nome.

Ainda para a definição correta dos fundos, foi de extrema importância a compreensão do estudo da legislação de cada município do Estado constante no acervo, em razão do diagnóstico realizado, ou seja, a verificação onde ocorreram alteração de dados, nas lombadas dos livros notariais em virtude das alterações territoriais ocorridas.

Definição do quadro de arranjo

Fundo: Tabelionatos de cada município, perfazendo um total de 95 fundos.

Exemplo: *Fundo n.º 1* - Tabelionatos do município de Porto Alegre, composto pelo 1º ao 8º Tabelionato, freguesias e distritos.

Tipologias Documentais: Livros notariais de contratos, sociedades, hipotecas/quitações, transmissões/notas, registro de conhecimento, compra e venda, procurações, registro de procurações, registros diversos, registro ordinário, registro geral, substabelecimentos, testamentos, apontamento de letras, protesto de letras/protestos especiais, registro de protesto.

Codificação dos fundos

Foi definida numeração para fundos, considerado os Tabelionatos de cada município, custodiado pelo APERS, visando resolver temporariamente o problema de diferença de dados entre a lombada e conteúdo dos livros notariais e, principalmente, facilitar a localização na busca dos documentos, bem como, posterior rearquivamento.

A numeração dos fundos inicia pelos Tabelionatos do município de Porto Alegre, por ser a capital do Estado, considerados número 1, e, os demais municípios do Estado receberam a numeração seqüencial, em ordem alfabética.

Os municípios que compõem o mesmo fundo, receberam mesma numeração. Os fundos fechados, com alguma relação com outro município, foram arquivados anteriormente ao município em questão, recebendo numeração seqüencial, mas quebrando a ordem alfabética, como os Tabelionatos dos municípios de *Santa Isabel, Santa Cristina e São Martinho*.

Os municípios que apresentaram dois nomes, em virtude de acréscimos ou supressões, foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos. E os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência.

a) Tabelionatos com ocorrência de mera alteração do nome do município, sendo considerados mesmo fundo:

* Fundos n.º 11, 12, 56 - Tabelionatos do município de **Caçapava, Cachoeira e Rosário** acréscimo da expressão "do Sul", ao nome do município, em 29/12/1944, alterando para **Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul e Rosário do Sul,** adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência.
* Fundo n.º 24 - Tabelionatos do município de **José Bonifácio** (1938 - 1950) -- é alterado o nome de Erexim para José Bonifácio no período 1938-1944, e depois o município volta a se chamar Erexim. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Erexim.**
* Fundo n.º 27 - Tabelionatos do município de **Nova Trento**(1916 - 1939) -- adota o nome de Flores da Cunha em dezembro de 1935. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Flores da Cunha.**
* - Fundo n.º 38 - Tabelionatos do município de **Vila Rica**(1891 - 1906 ou 1911) adota o nome de Júlio de Castilhos em dezembro de 1904. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Júlio de Castilhos**.
* - Fundo n.º 43 - Tabelionatos do município de **São João de Montenegro** adota o nome de Montenegro em 31/03/1938. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Montenegro**.
* - Fundo n.º 45 -Tabelionatos do município de **Conceição do Arroio**(1848 ou 1858 - 1937**)** -adota o nome de Osório em maio de 1934. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Osório**.
* - Fundo n.º 48 Tabelionatos do município de **São Francisco de Paula** -adota o nome de Pelotas em 27/06/1835. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Pelotas**.
* - Fundo n.º 49 - Tabelionatos do município de **Cacimbinhas**(1880 - 1920)-- adota o nome de Pinheiro Machado em outubro de 1915. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Pinheiro Machado**.
* - Fundo n.º 58 - Tabelionatos do município de **Santa Maria da Boca do Monte** - ocorre supressão e adota o nome de Santa Maria.. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e s livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Santa Maria**.
* - Fundo n.º 62 - Tabelionatos do município de **Santiago do Boqueirão** - ocorre supressão e adota o nome de Santiago, em 29/11/1938. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Santiago**.
* - Fundo n.º 82 - Tabelionatos do município de **Jacuí**(1928 - 1938)-- adota o nome de Sobradinho em outubro de 1937. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Sobradinho**.
* - Fundo n.º 86 - Tabelionatos do município de **Taquara do Mundo Novo** - ocorre supressão e adota o nome de **Taquara,** em 18/12/1908. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura do município conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Taquara**.
* - Fundo n.º 91 - Tabelionatos do município de **Tupaceretã** - ocorre alteração de nome e adota o nome de Tupanciretã, em 30/06/1939. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura do município conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Tupanciretã.**

b)    Tabelionatos com transferência de sede, sendo considerados mesmo fundo:

* Fundo n.º 74 - Tabelionatos do município de **Boqueirão**(1887 - 1891) -- a sede do município foi, inicialmente, em Boqueirão; depois foi transferida para São João da Reserva (entre junho de 1989 e fevereiro de 1890). Finalmente, a sede foi transferida para São Lourenço, em fevereiro de 1890. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência.Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **São Lourenço**.
* - Fundo n.º 84- Tabelionatos do município de **Dores de Camaquã** (1858 - 1861) e (1867 - 1943) -- a sede foi mudada para Tapesem maio de 1929. Foi adotada nomenclatura atual na definição dos fundos e os livros notariais retratam a nomenclatura conforme as datas cronológicas de existência. Arranjo (arquivamento) no fundo Tabelionatos de **Tapes**.

c)    Fundos fechados

* Fundo n.º 5 - Tabelionatos do município de **Santa Isabel**(1885 - 1893) - este município existiu entre 1882 e 1893. Foi suprimido em janeiro de 1893 e teve seu território anexado ao município de Arroio Grande**.** Portanto, está arquivado antes do fundo dos **Tabelionatos de Arroio Grande,** mas é considerado com existência autônoma ou seja, é Fundo Fechado.
* Fundo n.º 37 - Tabelionatos do município de **São Martinho**(1877 - 1903) - município que existiu entre 1876 e 1901. Foi suprimido em julho de 1901 e teve seu território anexado ao município de Vila Rica (hoje Júlio de Castilhos). Portanto, está arquivado antes do fundo dos **Tabelionatos de Júlio de Castilho,** mas é considerado com existência autônoma ou seja, é Fundo Fechado.
* - Fundo n.º 85 - Tabelionatos do município de **Santa Cristina do Pinhal** (1880 - 1894) - este município existiu entre 1880 e 1892. Foi extinto em setembro de 1892 e teve seu território anexado ao município de Taquara. Portanto, está arquivado antes do fundo dos **Taquara,** mas é considerado com existência autônoma ou seja, é Fundo Fechado.

d)    Fundos em que, posteriormente as datas-limite do acervo do APERS, ocorre alteração de nome do município.

* - Fundo n.º 3 - Tabelionatos do município de **Alfredo Chaves** (1898 - 1939) -- adota o nome de **Veranópolis** em dezembro de 1944.
* - Fundo n.º 51 - Tabelionatos do município de **Prata** (1925 - 1937) -- adota o nome de **Nova Prata**em dezembro de 1944.
* - Fundo n.º 63 - Tabelionatos do município de **Santo Amaro**(1883 - 1934**)**-- a sede inicial deste município foi Santo Amaro. Em novembro de 1938, a sede municipal foi transferida para a vila da Margem. Em junho de 1939, é adotado o nome de **General Câmara.**
* - Fundo n.º 71 - Tabelionatos do município de **São João Batista de Camaquã** (1867 - 1909) - adota o nome de **Camaquã**em novembro de 1938.

Ordenação interna dos fundos

Foi iniciada a ordenação pelos Tabelionatos da Capital do Estado - Porto Alegre e posteriormente pelos Tabelionatos dos municípios do interior, em conformidade com o quadro de arranjo já citado. Dentro de cada fundo, os livros notariais foram arquivados iniciando pela sede do município, posteriormente, pelas Freguesias e com número e nome dos distritos. Utilizado como método secundário, o tipo de livro notarial e seqüência numérica correspondente. Definida, também nova numeração para as estantes do prédio 1.

Ordenação dos livros notariais dentro de cada fundo

Foram agrupados alguns tipos de livros notariais por apresentar documentos com mesmas características formais e materiais (mesmo conteúdo). Nestes casos, caracterizada a numeração seqüencial em um mesmo agrupamento de documentos com nomenclatura diferente, foi priorizada a seqüência numérica e  a nomenclatura do tipo de livro notarial; como, por exemplo, numeração seqüencial em livros de procurações e registro de procurações. Assim na ordenação física foi normalizada a seguinte seqüência de livros notariais: contratos, sociedades, hipotecas/quitações, transmissões/notas, transmissões diversas, registros de conhecimento (referentes a guias de transmissão), compra e venda, procurações, registro de procurações, registros diversos, registro ordinário, registro geral, substabelecimentos, substabelecimentos de procuração, testamentos, apontamento de letras, protesto de letras, protestos especiais, registro de protesto.

**4. Resultados**

Como resultante do trabalho realizado foram produzidos dois instrumentos para facilitar a busca e o acesso aos documentos, a saber: um índice de fundos e a descrição documental obedecendo as normas gerais internacionais de descrição arquivística - ISAD (G) (em anexo).

**5. CONCLUSÕES**

Em conformidade com os objetivos que nortearam a realização deste trabalho, evidenciou-se a importância de sua execução na proteção à documentação pública e no acesso destas informações ao cidadão.

A descrição segundo o conjunto de regras gerais da ISAD(G), hoje tão disseminada no contexto nacional e internacional, possibilita a confiabilidade e clareza das informações, assim como a sua identificação no acervo; tornando possível a integração de dados de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

Para o Arquivo Público, o resultado deste trabalho é de vital importância, pois a tarefa de reorganização deste acervo, objetivando tratar a documentação de acordo com os critérios técnicos das ciências envolvidas, só se completa, se servir para o auxílio ao usuário destas fontes primárias. Esta é a função mais nobre e a missão fundamental desta instituição pública: disponibilizar o material apropriadamente tratado à sociedade a qual atendemos.

**6**. **Bibliografia Consultada**

1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE. **Manual de procedimentos, n.º 01 - Escrituras Públicas**. Porto Alegre, janeiro 2000.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO FEE. **Quadro resumo de criação dos municípios no Rio Grande do Sul**. POA, 1997.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

AVELAR, Hélio de Alcântara. **Historia Administrativa e Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, MEC, FENAME, 1970.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Organizador) **A sistematização de arquivos públicos.**Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. São Paulo, Associação de Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DUCHEIN MICHEL. **O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e práticos.** Revista Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 14-33, ago.1996.

FERREIRA FILHO, Artur. **Historia Geral do Rio Grande do Sul: (1503 - 1957).**  Porto Alegre:Globo, 1958.

FORTES, Amyr Borges e WAGNER, João Batista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **O Sistema Legal e Judiciário** **Brasileiro.**  São Paulo: LTR,  2000.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a Partir da Independência: I Império .** Porto Alegre: Sulina, 1973.

PORTUGAL**. Ordenações Filipinas**: **Ordenações e leis do Reino de Portugal**Recopiladas por Mandato d'el Rei D. Filipe I.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador.** Revista Acervo, RJ, Arquivo Nacional, vol. 2, n.º 1, pag 1-106, jan-jun, 1987.

Anexo

Descrição arquivística

1. CÓDIGO(S) DE REFERÊNCIA BR / APERS / T45

1.2 TÍTULO Tabelionatos do Município de Osório

1.3 DATA(S)-LIMITE 1858-1968

1.4 NÍVEL DE DESCRIÇÃO Fundo

1.5 DIMENSÃO E SUPORTE 10,31 metros lineares de documentos textuais.

2.1 nome(S) do(S) produtor(ES) Tabeliães do Município de Osório

2.2 HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRAFIA

Este fundo é composto pela Sede (1º e 2º Tabelionatos), Freguesia de São Domingos das Torres e 2º ao 7º Distritos. É composto pelos Tabelionatos de Conceição do Arroio e Osório.

O município é criado em 1857, originário de Santo Antônio da Patrulha, e com a denominação de Conceição do Arroio. Além dos livros notariais produzidos no próprio município, o acervo contempla material da localidade de Santo Antônio da Patrulha que origina este município. Em 1934 é alterado o nome do município, de Conceição do Arroio para Osório.

DETALHAMENTO DA LEGISLAÇÃO NO PERÍODO ABRANGENTE DO ACERVO:

-      Lei n.º 401, 16 de dezembro 1857 - Eleva a freguesia de N.ª S.ª da Conceição do Arroio à categoria de vila, com os territórios de Conceição do Arroio e Torres.

-      Ato n.º 33, 07 de outubro 1858 - Cria o distrito de Palmares.

-      Lei n.º 1.705, 13 de dezembro 1888 - Subdivide em dois o distrito de Maquiné.

-      Lei n.º 1.741, 24 de dezembro 1888 - Eleva a povoação de Três Forquilhas à categoria de freguesia.

-      Ato n.º 164, 31 de março 1890 - Suprime o distrito de Três Forquilhas (criado pela Lei n.º 1.705, de 13.12.1888). Seu território fica anexado ao distrito de Maquiné (ficando assim revogada a Lei n.º 1.741, de 24.12.1888).

-      Ato n.º 253, 17 de junho 1890 - Cria o 4º distrito de paz, nas Três Forquilhas, município de Conceição do Arroio.

-      Dec. n.º 5.596, 24 de maio 1934 - Dá, ao atual município de Conceição do Arroio, a denominação de Osório.

-      Dec. n.º 7.199, 31 de março 1938 - Eleva a vila de Osório à categoria de cidade.

-      Dec. n.º 7.589, 29 de novembro 1938 - Adota o nome de Itapeva para a vila de Três Forquilhas.

-      Dec.- Lei n.º 720, 29 de dezembro 1944 - Adota o nome de Itati para a vila de Itapeva e o de Emílio Meyer para a vila de Palmares.

-      Lei Mun. n.º 2, 17 de julho 1950 - Adota o nome de Palmares do Sul para a vila de Emílio Meyer.

-      Lei Mun. n.º 3, 18 de novembro 1953 - Adota o nome de Barra do Ouro para a vila de Marquês do Erval.

-      Lei Mun. n.º 4, 18 de novembro 1953 - Cria o distrito de Terra de Areia. Considera a vila de Cornélios como povoado, e adota o nome de Capão da Canoa para este último distrito.

2.3 procedência

A documentação foi enviada ao Arquivo Público / RS pelo produtor como consta nas listagens e ofícios do período de 1910 a 1971.

3.1 ÂMBITO E CONTEÚDO

O fundo é constituído de livros notariais originais de Contratos, Transmissões/Notas, Procurações, Registros de Procurações, Registros Diversos, Registros Gerais, Substabelecimentos, Apontamentos de Letras e Protestos de Letras.

Os livros de Notas (da Sede) nº 1 (1861/1866) e S/Nº (1862/1865) são escrituras de escravos.

O livro de Notas (do 2º distrito) S/Nº (1864/1886) é composto por cinco livros em uma mesma encadernação e é escritura de escravos.

3.3 INCORPORAÇÕES

Não há previsão de incorporações

3.4 SISTEMA DE ARRANJO

Na definição do quadro de arranjo considerou-se fundo os tabelionatos de cada município do Estado. Estes fundos foram ordenados pelo método geográfico.

4.1 CONDIÇÕES DE ACESSO

Livre acesso conforme Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 e decreto nº 2.134, art. 23 de 24 de janeiro de 1997. A natureza jurídica é de caráter privado e por delegação do Poder Público.

4.2 CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO

Ignora-se restrições para a reprodução por tratar-se de documentos públicos.

4.3 IDIOMA

Língua portuguesa

4.4 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS

Livros encadernados com textos manuscritos e/ou datilografados.

4.5 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. **Índice de fundos**. Porto Alegre, 2004. 172p.

6.1 NOTAS

Existem diversas seriações numéricas com ausência de números e datas de livros notariais que estão sob custódia do Arquivo Público até a data de 1968; após esta data a documentação é encontrada apenas no tabelionato de origem.

7.1 NOTA DO ARQUIVISTA

"História Administrativa dos Municípios do Acervo dos Tabelionatos" pesquisado pela historiógrafa Márcia Rocha.

Descrição elaborada pelas Arquivistas: Eloá Maria Possebon e Marta Helena de Araujo e pela estagiária do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Carmen Valenti.

Colaboração da Arquivista Adriana Berwanger na produção da História Administrativa/Biografia deste fundo.

7.3 DATA(S) DA(S) DESCRIÇÃO(ÕES)

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2004.